



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.392, DE 2022

Dispõe sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos setores público e privado.

Autor: Deputado GUIGA PEIXOTO

Relator: Deputado BRUNO FARIAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.392, de 2022, de autoria do Deputado Guiga Peixoto, dispõe sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos setores público e privado, estabelecendo diretrizes gerais para o tratamento de dados biométricos e buscando assegurar maior proteção à privacidade e aos direitos fundamentais dos cidadãos.

A proposição vincula o tratamento de dados biométricos Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), proibindo o repasse desses dados a terceiros, salvo ao poder público em hipóteses estritas. Prevê, ainda, a obrigatoriedade de elaboração de relatório de impacto à privacidade, o oferecimento de meio alternativo de identificação em caso de falha e a produção de relatório anual de uso da tecnologia.

O Projeto foi inicialmente distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Em virtude do desmembramento da primeira, a proposição foi redistribuída a esta Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG

2

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art.151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.392, de 2022, de autoria do Deputado Guiga Peixoto, constitui iniciativa oportuna e meritória, ao buscar estabelecer parâmetros legais para o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos setores público e privado.

A proposição reconhece que o avanço tecnológico, embora traga inegáveis benefícios à gestão pública e à segurança, deve ocorrer sob estrita observância dos direitos fundamentais, especialmente do direito à privacidade e à proteção de dados pessoais. O texto original vincula o tratamento de dados biométricos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, proíbe o repasse desses dados a terceiros e condiciona o uso do reconhecimento facial à elaboração de relatório de impacto à privacidade. Prevê, ainda, a oferta de meio alternativo de identificação em caso de falha do sistema e a divulgação anual de relatório público sobre o uso da tecnologia.

Essas medidas representam um avanço importante, ao reconhecer a natureza sensível dos dados biométricos e reforçar o princípio da autodeterminação informativa. Entretanto, iremos aprimorar o texto para conferir-lhe maior precisão técnica sob os pontos de vista jurídico, administrativo e de governança pública.

O texto reforça o vínculo do tratamento de dados biométricos com a LGPD, determina que o uso de tecnologias de reconhecimento facial pelo poder público observe os princípios da necessidade e da proporcionalidade e explicita que essa tecnologia somente poderá ser empregada quando a finalidade não puder ser





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG

3

atingida por meios menos invasivos. Acrescenta, ainda, a vedação expressa à vigilância massiva e contínua em espaços de acesso público, ressalvadas as hipóteses estritamente necessárias e proporcionais, em observância aos direitos e garantias fundamentais.

Outra inovação relevante é a exigência de que o relatório de impacto à proteção de dados pessoais demonstre a necessidade, a proporcionalidade e a inadequação de meios alternativos, devendo incluir a análise dos riscos às liberdades individuais e aos direitos humanos potencialmente afetados. Garante-se, igualmente, ao titular dos dados o direito à revisão humana de decisões automatizadas que afetem seus interesses, em consonância com o artigo 20 da LGPD.

A transparência e a responsabilização das entidades que utilizam a tecnologia também foram reforçadas. O substitutivo exige a sinalização ostensiva do uso de câmeras de vigilância, a manutenção de canais de acesso para o exercício dos direitos dos titulares e a divulgação periódica de relatórios públicos contendo dados sobre o desempenho dos sistemas, as reclamações recebidas e as medidas adotadas. Ademais, estabelece a obrigatoriedade de auditorias técnicas independentes e regulares, destinadas a avaliar a precisão dos sistemas, mitigar vieses algorítmicos e garantir o cumprimento do princípio da não discriminação, medida essencial diante das desigualdades de desempenho que esses sistemas têm demonstrado entre diferentes grupos populacionais.

Essas alterações tornam o texto mais robusto e coerente com as diretrizes da Lei nº 14.129, de 2021, reforçando a transparência, a governança e o controle social sobre o uso de tecnologias sensíveis na Administração Pública.

Diante do exposto, reconhecendo o **mérito do Projeto de Lei nº 2.392, de 2022**, e considerando os aperfeiçoamentos promovidos pelo Substitutivo ora apresentado, voto pela **aprovação** da matéria, **na forma do Substitutivo anexo**.

Sala da Comissão, em de de 2025.


Deputado BRUNO FARIAS – AVANTE/MG
Relator

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG**

4

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.392, DE 2022

Dispõe sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos setores público e privado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos setores público e privado.

Art. 2º O tratamento de dados biométricos oriundos de tecnologias de reconhecimento facial deverá observar o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD), sendo vedado o repasse desses dados a terceiros, salvo ao poder público, para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional e atividades de investigação ou repressão de infrações penais.

§ 1º É nulo o termo de consentimento para o tratamento de dados de que trata esta Lei que preveja o repasse para finalidades diversas das mencionadas no caput.

§ 2º O tratamento de dados realizado pelo poder público observará os princípios da necessidade e da proporcionalidade, devendo o reconhecimento facial ser empregado apenas quando a finalidade não puder ser alcançada por meios menos invasivos.

§ 3º É vedado o uso da tecnologia de reconhecimento facial em tempo real para fins de vigilância massiva e contínua em espaços de acesso público, ressalvadas as hipóteses estritamente necessárias e proporcionais previstas em lei, em observância aos direitos e garantias fundamentais.

Art. 3º A utilização de dados biométricos oriundos de tecnologias de reconhecimento facial como forma de identificação fica condicionada à elaboração prévia de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da LGPD, o qual deverá ser disponibilizado para fiscalização pela autoridade competente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG

5

Parágrafo único. O relatório de que trata o caput deverá demonstrar a necessidade e a proporcionalidade do uso da tecnologia, bem como a inadequação de meios alternativos para alcançar a finalidade pretendida, devendo incluir, no mínimo:

I - a análise dos riscos às liberdades individuais e aos direitos humanos potencialmente afetados; e

II - a avaliação dos prejuízos decorrentes da não utilização da tecnologia, fundamentada em histórico de quebras de confiabilidade ou fraudes documentadas.

Art. 4º É vedada a utilização de dados biométricos oriundos de tecnologias de reconhecimento facial como única forma de identificação para a fruição de serviços públicos, devendo ser oferecido, de imediato, meio alternativo de reconhecimento em caso de falha na identificação.

Art. 5º O titular dos dados poderá solicitar a revisão humana de decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado de dados de reconhecimento facial que afetem seus interesses.

Art. 6º Os órgãos e as instituições, públicas ou privadas, que utilizem tecnologia de reconhecimento facial em espaços abertos ou de grande circulação deverão garantir a transparência mediante:

I - sinalização clara e ostensiva do emprego das câmeras de vigilância, com a justificativa do uso e a identificação do responsável operacional;

II - manutenção de canais de acesso facilitado para o exercício, pelos titulares, dos direitos de acesso, retificação ou eliminação de suas informações armazenadas; e

III - divulgação periódica do número total de alertas gerados pelos sistemas, das ações deles decorrentes e das identificações incorretas registradas.

Art. 7º Os órgãos e as instituições, públicas ou privadas, que utilizem tecnologia de reconhecimento facial deverão:

I - elaborar relatório anual, de acesso público, contendo avaliação sobre o uso da tecnologia, inclusive registro de reclamações de usuários e as soluções





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG**

6

adotadas em cada caso, bem como a relação de processos judiciais ou administrativos relacionados à sua utilização; e

II - realizar auditorias técnicas independentes e regulares, destinadas a avaliar a precisão dos sistemas, mitigar vieses algorítmicos e assegurar o cumprimento do princípio da não discriminação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BRUNO FARIAS – AVANTE/MG
Relator

